

Como a reforma da Previdência atinge os mais pobres

APOSENTADORIA Sem conseguir obter maioria para votar proposta na Câmara, governo decide adiar reforma para fevereiro

Pedro Rafael Vilela,
de Brasília (DF)

Está ficando cada vez mais difícil para o governo conseguir aprovar a Reforma da Previdência. A semana, que começou com o forte lobby de setores empresariais dentro do Congresso Nacional - além da pressão indisfarçada da grande mídia, acabou terminando com o anúncio de que a votação será adiada para 19 de fevereiro. Isso deve dificultar ainda mais sua aprovação

Reforma reduziria drasticamente benefícios



Antônio Cruz / Agência Brasil

40 anos de contribuição só seriam alcançados com cerca de 50 anos de trabalho

em pleno ano eleitoral. São necessários 308 votos favoráveis dos deputados, em duas votações seguidas, além de uma dupla votação no Senado, que exige um mínimo de 49 votos a favor.

Quanto mais exposta ao debate público, mais a proposta é percebida como empecilho para a aposentadoria. O professor do Instituto

de Economia da **Unicamp**, Eduardo Fagnani, demonstrou como a proposta do governo exclui justamente os mais pobres. "Ninguém mais vai conseguir se aposentar com aposentadoria integral, porque para isso seria necessário acumular 40 anos de contribuição. O trabalhador do setor privado, por conta da rotatividade



Apenas 20% dos aposentados têm 25 anos de contribuição

de e da informalidade, contribui uma média de 9 meses a cada 12 meses (um ano), ou seja, para ele atingir 25 anos de contribuição, teria que trabalhar quase 33 anos", explica.

Para juntar os 15 anos de contribuição mínima exigida - e que só dá direito a 60% do valor do salário, ele teria que trabalhar durante 19 anos. Para receber uma aposentadoria integral, os 40 anos de contribuição exigidos só seriam alcançados com cerca de 50 anos

de trabalho, uma realidade extremamente improvável. Apenas pouco mais de 20% dos aposentados comprovaram contribuição acima de 25 anos. A reforma trabalhista deve reduzir ainda mais a capacidade do trabalhador de contribuir com a Previdência. "A reforma trabalhista incrementa os empregos temporários. Vai ser muito mais difícil você conseguir comprovar sequer os 15 anos de contribuição mínima", aponta Eduardo Fagnani. Nesse cenário, o valor médio da aposentadoria do INSS no país, que é de apenas R\$ 1.500 por mês, deve ser drasticamente reduzido, já que a média dos benefícios cairá dos atuais 85% para cerca de 60% do salário.